



Fraude e corrupção na Saúde chega aos 500 milhões de euros

Ministro diz ter conhecimento de várias investigações a decorrer na Judiciária e Ministério Público

Jornal de Noticias, 26-01-2012

A PJ vai incrementar as investigações preventivas aos casos de fraude e corrupção à volta de médicos e técnicos do Serviço Nacional de Saúde. Em Portugal, a fraude no sector pode valer quase 500 milhões de euros, de acordo com estimativas do ministro da tutela.

Paulo Macedo mostrou-se ainda satisfeito com a prioridade que os processos de inquérito aos casos suspeitos de fraude contra o SNS estão a ter e que é “idêntica à de crimes com presos preventivos”, e disse ter conhecimento de “várias investigações” que estão a decorrer no Ministério Público ou, ainda, no âmbito da Polícia Judiciária.

O ministro falava aos jornalistas no final da sessão de encerramento do simpósio realizado na Escola da Polícia Judiciária, em Loures, juntando PJ, Inspeção-geral da Saúde e Ministério Público, e no qual participou também a ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz.

Para Paulo Macedo, a actuação das autoridades demonstra que “importa não falar tanto da fraude e da corrupção em geral, mas segmentá-la com casos concretos, casos que têm cara, têm estrutura e precisam de uma investigação”.

Sobre os números da fraude em Portugal (cerca de 500 milhões de euros), o ministro recordou os dados conhecidos e divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que responsabilizam a fraude e o



erro “por 6% dos gastos em saúde. A fraude associada às compras será de 10%, no mínimo”, acrescentou Paulo Macedo.

A grande mudança consistirá numa maior acção de vigilância da PJ a incidir sobre suspeitos de actividades criminosas, antes mesmo de ser aberto um inquérito. Para que este objectivo seja alcançado é necessário que vários departamentos do Ministério da Saúde tenham uma maior cooperação com a PJ, para o fornecimento de dados relativos a casos suspeitos. As dificuldades no acesso a informação são até agora o principal entrave, de acordo com fontes da Judiciária.

Este, aliás, foi o mote das palavras da ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, que frisou a necessidade de “desbloquear o acesso às bases de dados públicos”, no âmbito de uma maior eficácia no combate à fraude e à corrupção. A ministra sublinhou que esta será a primeira vez que as várias entidades vão colaborar estreitamente no combate ao crime.

O JN sabe que o problema reside na base de dados da Inspecção- Geral das Actividades de Saúde, a que a PJ, em particular a Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC), só pode aceder no âmbito do inquérito, ou seja quando já está aberto um processo no âmbito do Ministério Público.

Em Portugal não há estatística referente às fraudes no Serviço Nacional de Saúde, não obstante os cerca de 50 processos que se encontram na UNCC para investigação.